



Bolívia – A História sem Fim

Análise de Conjuntura OPSA (nº5, abril de 2005)

Cesar Guimarães
José Maurício Domingues*
María Maneiro**

Introdução

A Bolívia vive uma crise que se recusa a ceder. Para entender suas feições atuais, analisaremos, neste texto, a evolução do país nos últimos quinze anos e as questões estruturais de sua vida política e econômica, bem como a forte temática étnica que o caracteriza. Fragmentação e inexistência permanente de hegemonia serão identificadas como os elementos centrais subjacentes a essa prolongada crise multidimensional.

Democracia, neoliberalismo e crise

A história contemporânea da Bolívia começa com a Revolução Nacional de 1952. Em que pese seus limites e os golpes militares que atravessam também esse período da história boliviana, ela foi mais avançada que a maioria dos processos de mudança ocorridos na América Latina. Ela se esgotou nos anos 1980 e seu regime foi substituído pela aplicação dos preceitos do modelo econômico e social neoliberal. Ao mesmo tempo, firmou-se parcialmente no país um sistema político democrático liberal.

No centro desse sistema encontrava-se um arranjo que se consolidou nos anos 1990. Ele incluía cinco partidos fundamentais: o MNR, fundado em 1941; o MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária), de 1971; a Ação Democrática Nacionalista (ADN), de direita, de 1979 pelo ex-ditador Hugo Banzer; a Consciência de Pátria

* Professores e pesquisadores do IUPERJ.

** Doutoranda em Sociologia no IUPERJ.

(Condepa), de 1988, e a Unidade Cívica Solidariedade (UCS), de 1989. A Constituição de 1966, vigente até hoje, estabelece que um candidato para ser eleito presidente precisa de mais de 50%, caso contrário o Congresso decide entre os três mais votados. A partir sobretudo de 1985, com o governo de Paz Estensoro, isso tem levado a que as coalizões se façam dentro do parlamento para a eleição do presidente e, no mesmo movimento, que tem um dos partidos principais como seu eixo, compõe-se o governo. O sistema eleitoral favoreceu assim o estabelecimento de pactos entre esses partidos mediante o chamado “cuotéo” (a divisão de cotas de cargos e prebendas estatais entre eles), garantindo-se destarte a governabilidade. O problema é que a consolidação deste sistema foi acompanhada por um crescente descolamento dos partidos da sociedade, prenunciando problemas que se tornariam dramáticos.

No plano econômico geral, particular importância teve o Decreto Supremo 21060 de agosto de 1985, promulgado por Paz Estensoro com base em um pacto entre a ADN e o MNR, com o segundo agrupamento abrindo mão das bandeiras da “Revolução de 1952”. Tratava-se de estabilização monetária para superar a crise hiper-inflacionária do começo da década, de um ajuste financeiro nas contas do Estado e da abertura econômica ao mercado mundial. Tratava-se, também, de desmontar o Estado desenvolvimentista que dirigira a vida econômica da Bolívia, substituindo-o por mecanismos de mercado, assim como implicando, segundo vários analistas, uma redução da política social e um enorme desemprego. Esse foi, especialmente, o caso dos mineiros, com a privatização da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol). As empresas menores do Estado foram também privatizadas e contratos de risco com empresas de capital estrangeiro firmados, especialmente no setor energético.

Para muitos a crise que o país viveria no novo milênio estaria intrinsecamente ligada à aplicação do modelo liberal. Embora isto seja em grande medida verdadeiro, é preciso chamar a atenção para problemas mais estruturais da economia boliviana, que se evidenciam em seu déficit permanente na balança comercial e derivam de problemas mais profundos, como a estrutura setorial da sua economia. Esta se caracteriza pelo forte predomínio das atividades primárias – o que a torna uma economia primário exportadora, dependente e vulnerável ao deterioro das taxas de intercâmbio – e a forte incidência do setor terciário. São também a baixa produtividade dos setores agrícola e manufatureiro, bem como a fragmentação da vida econômica em três setores com relações frouxas, o que explicaria em parte porque os investimentos fortes dos anos 1990 produziram tão poucos efeitos. Alguns a classificam como economia de “ch’enko”

(palavra quéchua que se refere a uma confusão ou ao entrecruzamento desordenado de objetos e processos), “abigarrada” (heterogênea, combinada sem unidade) ou pluri-multi. Não apenas economicamente haveria pouca sinergia entre eles, mas também sistemas de valores e metas distintos comandariam a operação de cada um desses setores, que seriam: 1) uma economia de base natural, pouco integrada ao mercado, camponesa e com fortes traços comunitários, incluindo cerca de 40% da população; 2) uma economia de base familiar, forte em áreas urbanas, ligada ao mercado, abarcando cerca de 35% da população; 3) uma economia de base mercantil, calcada em tecnologias mais sofisticadas e contando com mais divisão do trabalho, dela formando parte as indústrias minera e petrolífera, abarcando 25% da população.

Portanto, a atual e profunda crise multidimensional boliviana tem claros fundamentos na dinâmica do sistema político, na estrutura sócio-econômica e nas escolhas de políticas públicas.

Ela explode decisivamente no que veio a ser conhecido como “a Guerra da Água”. Eleito em 1997, Banzer decidira privatizar os serviços de abastecimento de água, apresentando ao Congresso um projeto de Lei da Água. O rechaço a essa iniciativa foi enorme. Reconhecendo-o, o governo manobra: concede a uma empresa estrangeira (a Bechtel, norte-americana) o serviço de água potável da cidade de Cochabamba (na região do Chapare), e aprova, sem debate, uma lei que atribuiu à Superintendência de Saneamento Básico a regulação total dos recursos hídricos. Entre janeiro e abril de 2000, Cochabamba foi palco de grandes lutas sociais e confrontos entre as forças de segurança, tendo os camponeses como sujeitos fundamentais. Logo o conflito se estendeu a La Paz (levando, inclusive, a um motim na policia), e a outras cidades, sobretudo com o bloqueio de estradas. O governo acabou derrotado, cassando a concessão, encampando o serviço e modificando a lei. Inaugurava-se um novo ciclo de lutas sociais.

Em 2002, Sánchez de Lozada apresentou-se como candidato à sucessão, com o lema voluntarista “*Sí, se puede*” e um pacote de medidas liberais para sair do marasmo econômico. Levantando a bandeira da defesa das plantações tradicionais de coca, que Lozada pretendia continuar a combater, Evo Morales se projetou como o candidato crítico do modelo. Primeiro colocado nas eleições, Lozada logrou eleger-se na rodada eleitoral parlamentar. Morales surpreendeu a todos ao alcançar o segundo lugar no voto popular.

Uma nova crise se abriria, porém, durante a presidência de Lozada, obrigando-o a renunciar. Tudo começou quando aparentemente o governo insinuou que o consórcio Pacific LNG exploraria e exportaria por um porto chileno o gás de Tarija, uma vez que as condições financeiras e técnicas inviabilizavam o transporte pelo Peru. Outras questões, em particular a extemporânea criação do imposto de renda e a “capitalização” das empresas estatais (para muitos, embora Lozada o negasse, uma forma de privatização), o fizeram também extremamente impopular. Em fevereiro de 2003, o país viveu jornadas de fortíssimos conflitos sociais, tais como choques entre a população mobilizada e as Forças Armadas e tiroteios entre estas e a Polícia, que aproveitou o episódio para exigir um aumento de 40% em seus salários, participando ativamente dos protestos. La Paz e os subúrbios, incluindo a cidade periférica de El Alto, foram convertidos em um campo de batalha entre policiais e soldados. Também em Cochabamba, Oruro e Santa Cruz de la Sierra ocorreram enfrentamentos e motins policiais. Greves gerais foram convocadas. O saldo humano das jornadas foi altíssimo: 33 mortos (uma dúzia deles policiais) e duas centenas de feridos. Apesar de buscar apaziguar o país, Lozada fez-se cada vez mais fraco, com as organizações populares mantendo-se em pé de guerra. Seria impossível e desnecessário fazer aqui a cronologia completa dos conflitos que persistiram com grande força durante todo esse tempo. Contudo, vale destacar o episódio de setembro de 2003, quando se iniciou o ciclo da confrontação popularmente conhecida como a “Guerra do Gás”, que culminou com uma rebelião indígena e popular em outubro, a qual forçou tanto a renúncia do presidente Sánchez de Lozada como um novo acordo entre os atores sociais e políticos acerca dos temas mais relevantes para o país.

O vice-presidente Carlos Mesa, como liderança que havia se afastado da política do governo, se perfilava como o sucessor. Reconhecido jornalista, intelectual sem participação orgânica nos partidos políticos e empresário dos meios de comunicações, Mesa interviria buscando o que seria lembrado como o “Acordo de Outubro”, que encerrou a “Guerra do Gás”. Assumia três compromissos: convocar, de imediato, um referendo sobre as disposições básicas de uma nova lei de hidrocarbonetos; fazer chegar ao Congresso um projeto de lei consistente com os resultados da consulta popular; e convocar uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Ademais, o novo presidente fez questão de declarar que governaria sem os partidos e sem o “cuotéo” (introduzindo o que alguns chamam de “cuateo”, isto é, distribuindo cargos e prebendas a seus “cuates”,

isto é, seus amigos). Em momento algum conseguiu, contudo, superar a crise que assola o país.

Para entender melhor esse processo aparentemente interminável, é preciso analisar, em particular, com mais detalhe a evolução das questões étnica e camponesa.

Camponeses e etnicidade

Assim como outros países da América Latina (México, Guatemala e Equador, conquanto não o Peru), a Bolívia viveu na última década uma “quarta onda” de mobilização étnica de base indígena. Assim se explica, em particular, a ascensão na Bolívia do Movimento Indígena Pachakuti (MIP), liderado por Felipe Quispe, e também o sucesso das mobilizações cocaleras, incluindo o papel decisivo que cumpre hoje, na política do país, o partido denominado Movimento ao Socialismo (MAS), liderado por Evo Morales. Um conjunto tríplice de fatores deve ser destacado para explicar esses desenvolvimentos: a decadência das identidades e práticas baseadas em parâmetros classistas ou a sua complexificação a partir de uma mistura entre componentes étnicos e classe, seja no campo ou nas cidades; as limitações e fracassos da reforma agrária, ao lado da independência lograda pelos sindicatos camponeses; o desenvolvimento de estruturas regionais e educacionais que permitiram o surgimento e a atuação de novas lideranças indígenas, sobretudo aymaras.

A queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética parecem haver afetado fortemente o movimento operário boliviano, privando-o de um universo simbólico importante para a sua reprodução. As reformas neoliberais, a privatização do Comibol, o posterior fechamento de suas minas e a repressão às atividades da Central Operária Boliviana (COB) – outrora extremamente poderosa – tiveram como conseqüência a diminuição do número de mineiros do país e a perda de sua capacidade de militância e mobilização. De modo geral, o novo ambiente econômico e político mostrou-se menos permeável às mobilizações sindicais. Por outro lado, o retrocesso da reforma agrária (que já não fora bem-sucedida) e das políticas de proteção aos produtores agrários gerou grande mal-estar no campo, em um momento em que os sindicatos rurais se viam livres das amarras corporativistas e do controle dos militares, sem perderem suas estruturas organizativas. Estas, muitas vezes, se baseiam em instituições indígenas mais tradicionais, como os *ayllus*, que cumprem, em suas comunidades, papéis políticos e culturais mais amplos que aqueles usualmente

desempenhados pelos sindicatos. Ao mesmo tempo, as massas indígenas aumentaram sua hostilidade em relação ao Estado, em particular após a “Guerra da Água”.

As mudanças políticas que daí resultaram foram dramáticas, desdobrando-se em duas direções. Na região aymara do Altiplano (incluindo cidades como El Alto), a municipalização da administração, a introdução de escolas bilíngües e a atuação de setores da Igreja Católica, que apostavam no resgate da identidade étnica, cumpriram papel decisivo. Os novos espaços resultantes para o exercício do poder por lideranças indígenas, assim como a utilização, por parte de seus setores mais cultos, da educação bilíngüe e multicultural como um instrumento para a construção da identidade e reedificação do movimento social, com o apoio da Igreja, produziram rápidos resultados. A data que marcou os 500 anos da descoberta – ou conquista – da América serviu como ocasião para a mobilização desses grupos por todo o país, embora haja raízes mais antigas para esse tipo de agitação social, principalmente no que se refere aos sindicatos agrários e ao katarismo – movimento indigenista e indígena emergente nos 1960 como oposição clandestina dentro do sindicalismo oficial.

Mais recentemente, a luta do movimento social pela terra ampliou-se para uma luta pelo controle do território. No caso específico da mobilização aymara, que desemboca no MIP, a idéia de destruição da república de brancos e mestiços – a Bolívia de hoje – se põe como ponto programático, apontando para a refundação do *Qollasuyo* (palavra aymara que designa o que era originalmente uma província do Império Inca) e para o autogoverno indígena. Outra força, de um indigenismo menos radical e politicamente mais flexível, vem ganhando espaço na política boliviana: o MAS, liderado por Morales. Na base de sua ação encontram-se originalmente os camponeses plantadores de coca – os *cocaleros* –, que se viram profundamente afetados pelos planos norte-americanos de erradicação do cultivo dito “excedente” de folhas de coca em Los Yungas e sobretudo na região do Chapare. Esta é uma região de colonização recente, passando de 32 mil habitantes, em 1976, a 108 mil em 1992, com uma enorme população quéchua e aymara, da qual 80% falam quéchua. Parte dessa população é flutuante e retorna à sua região de origem na época da colheita e de festas rituais. A coca é cultivada ao lado de produtos de subsistência e provê um recurso de mercado importante a essas famílias, que, entretanto, correm o risco de se verem dele privadas devido à política norte-americana da *Drug Enforcement Agency* (DEA), assumida pelo Estado boliviano. Esses conflitos e sua militarização levaram a uma forte organização dos camponeses *cocaleros* e projetaram a região no cenário nacional. Vale dizer que

nem o MIP, nem o MAS, se consideram partidos políticos, mas sim “instrumentos políticos”, originalmente propostos pelos sindicatos para intervir na vida política nacional com autonomia em relação aos grupos dirigentes tradicionais. Agora os indígenas se representariam a si mesmos, em vez de serem representados por brancos e mestiços.

As formas de luta dos *cocaleros* têm incluído o bloqueio de estradas – sobretudo da decisiva Cochabamba-Chimoré-Santa Cruz, no Chapare, assim como o acesso ao norte de La Paz, com bloqueios em Los Yungas –, o confronto com forças policiais e militares que buscam realizar a erradicação da coca, greves de fome e, principalmente, grandes marchas até a sede do governo em La Paz, que vêm sensibilizando fortemente a população e garantindo apoio político. Ao lado dessa vertente corporativa, os *cocaleros* foram desenvolvendo um discurso e uma plataforma política muito mais amplos, que acabaram por servir de suporte a uma renovação radical da esquerda boliviana. “A coca não é cocaína”, mas sim “a folha milenar herdada de nossos antepassados” e representa, enfim, a “defesa da dignidade nacional” contra o governo boliviano e os Estados Unidos. Essa foi a base da contestação geral ao modelo político e econômico vigente. Recusando, portanto, manter-se no plano da defesa fechada dos indígenas e dos interesses corporativos, o MAS passou a desenvolver um discurso e uma plataforma política que mesclaram o katarismo com outras tradições do país, ao recolher e atualizar as vertentes nacionalista e da esquerda classista. Construindo alianças com grupos políticos, sindicatos e lideranças comunitárias através do país, em um contexto de radical descontentamento com os partidos tradicionais, o MAS logo emergiu como uma força nacional. A ampliação do espectro político do discurso e do programa busca construir simbolicamente um “povo” (mais plural que aquele imaginado pelos teóricos do MNR) com forte valorização do elemento indígena na nacionalidade boliviana e em oposição à oligarquia e ao imperialismo. Nesse horizonte, o MAS incorporou a bandeira da democracia e sua radicalização com o objetivo de conseguir uma “refundação do país”.

A continuidade da crise

Mais que uma nova crise, a conjuntura boliviana atual desdobra problemas crônicos em mais uma seqüência de lances dramáticos, os quais parecem contudo incapazes de solucionar os impasses engendrados pelas diversas questões que se vêm

somando na história recente e mais antiga do país. O aumento dos protestos e da tensão social e política, seguido da cartada da ameaça de renúncia do presidente Mesa, “rejeitada” pelo Congresso, a tentativa do presidente de antecipar as eleições e mais a uma vez a recusa do Congresso de aceitá-lo, são apenas a expressão mais visível daqueles impasses. Três elementos e três regiões protagonizam a crise atual. Por um lado, um certo número de questões políticas específicas: o problema grave da relação da Bolívia com as companhias petroleiras, e a relevância deste recurso para o desenvolvimento do país; o problema das autonomias (que tem de ir a referendo) e o das eleições regionais de prefeitos; enfim, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Uma questão adicional, porém mais localizada, diz respeito ao abastecimento de água na cidade de El Alto. Por outro lado, um movimento centrífugo, cada vez mais violento, que divide o país entre a região de La Paz, capital política, em que Mesa parece ter mais apoio, o Oriente nucleado em torno a Santa Cruz de la Sierra, região mais avançada economicamente, e o Ocidente profundamente indígena e politicamente mobilizado, de modo a corrigir séculos de injustiça contra suas populações “originárias”. Como pano de fundo, além das questões mencionadas, põe-se já a eleição presidencial de 2007, à qual Morales é no momento o candidato aparentemente favorito, apesar de alguns analistas sugerirem que a radicalização dos protestos poderia levar a seu enfraquecimento perante a população em geral. Examinemos essas questões separadamente.

A questão do gás e dos hidrocarbonetos em geral foi o tema do plebiscito de 18 de julho de 2004, em que os bolivianos apoiaram maciçamente um bloco de perguntas todavia dúbio, apontando mesmo assim para uma maior taxaço e um maior controle estatal desses recursos, bem como para sua utilização como elemento propulsor da industrialização do país. As coisas se complicaram no momento de traduzirem-se os termos do plebiscito em legislação positiva. Ao governo de Mesa, muito dependente de apoios inclusive financeiros e humanitários internacionais (uma vez que o orçamento do país não “fecha”), parecia necessário promulgar uma legislação “realista”, isto é, que garantisse a continuidade dos investimentos estrangeiros em petróleo e gás, fossem europeus, norte-americanos ou mesmo brasileiros. Mesa preocupou-se, nos termos do plebiscito, em restabelecer em particular a empresa nacional de hidrocarbonetos – a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) –, interpretando o aumento dos royalties pagos pelas empresas estrangeiras mediante uma divisão dessas somas em termos de royalties propriamente ditos e tributos de outra natureza, que poderiam então

ser abatidos, muitas vezes de forma significativa. Os 18% de royalties pagos atualmente se manteriam, acrescidos de tributos da ordem de 32%, que poderiam sofrer descontos. Os contratos já firmados entre governo e empresas internacionais migrariam da forma anterior para aquela a ser estabelecida pela nova legislação.

O projeto não agradou de modo algum aos setores mobilizados pelo MAS e outras organizações populares, que propuseram uma legislação com 50% diretamente em royalties a serem cobrados das companhias, de todo modo com a migração obrigatória dos contratos para a nova fórmula. O Congresso aceitou em princípio essa proposta, a rigor mais condizente com os resultados do plebiscito. As razões para essa aceitação congressional, em particular por parte do MNR, são de diversas ordens. No caso deste partido em particular, majoritário na Câmara e no Senado, parecem dever-se a uma tentativa de vingança, uma vez que Lozada pertencia a seus quadros e fora abandonado (de modo oportunista, diz-se) por Mesa. Aprovando uma legislação vista internacionalmente como extremamente dura sobre o tema, o partido obrigaria Mesa a um grande desgaste, pois ele teria necessariamente de vetar a lei. Depois de idas e vindas, de rodadas diversas de negociação e mais protestos, uma proposta de Mario Cossío, presidente da Câmara dos Deputados, aparentemente com o apoio do governo, foi avançada, com a pagamento de royalties de 18%, mais impostos sobre o gás na “boca de poço” sem quaisquer descontos. Posta a questão desta forma, os protestos recrudesceram e levaram em particular ao bloqueio de estradas. Uma proposta intermediária foi oferecida por forças parlamentares, mantendo a divisão entre royalties e tributos em, respectivamente, 18% e 32%, sem que estes pudessem ser contudo deduzidos. Isso não parece haver levado a satisfação de nenhuma das duas forças em contenta, embora à sua aprovação pela Câmara se tenha seguido a suspensão provisória dos protestos populares. A lei deve ser ainda discutida no Senado, que provavelmente a aprovará, obrigando Mesa a reagir e provocando a ida das empresas norte-americanas à justiça.

A isto se devem somar outros elementos, sejam relativos à lei em si, seja em relação à exploração do gás e do petróleo. Na primeira dimensão, em particular problemática se apresenta a cláusula segundo a qual as populações originárias teriam poder absoluto de veto em relação à exploração de recursos localizados em suas terras. Estas, ademais, podem estar em princípio localizadas em quase qualquer parte do território nacional, pois não foram sequer de todo demarcadas, o que daria enorme poder a comunidades particulares por sobre as decisões do governo da nação. Na

segunda dimensão, um problema em particular chama a atenção: segundo especialistas internacionais, o preço pago pelo gás boliviano pela Argentina e pelo Brasil é muito inferior àquele auferido por outros países em situações similares (por exemplo, o Canadá ao vendê-lo aos Estados Unidos). Um certo mal-estar se origina dessa constatação, ainda que o gás não seja uma “commodity”, com preços definidos de forma direta pelo mercado mundial, ao contrário do petróleo.

Até ao menos a ANC, nada garante que se encontrará uma solução definitiva para a questão. Novas emoções – ou ao menos a reprise de emoções já parcialmente esgotadas – devem ser esperadas em relação ao tema nos próximos meses.

Por outro lado, a ANC continua em pauta, embora a data de suas eleições não esteja claramente definida, tampouco se sabendo se a eleição de seus membros coincidirá com a dos governadores das províncias e o referendo que deve ser realizado sobre a questão das autonomias. De todo modo, em segundo lugar apenas pela preeminência da temática do gás, estas questões vêm alimentando o caldeirão político boliviano sobremaneira.

Embora também nas regiões indígenas o tema seja explosivo, recentemente é em torno a Santa Cruz que a questão vem se dramatizando. O empresariado local, sobretudo, receoso do poder que aymaras e quéchuas vêm assumindo no país – e possivelmente desejoso de manter o controle e os benefícios dos recursos econômicos, incluindo os hidrocarbonetos, que essa região mais avançada e mais capitalista vem gerando –, tem jogado em uma autonomização mais imediata e potencialmente radical frente ao poder central, mostrando-se capaz ademais de mobilizar largos setores da opinião pública nesta direção. Mesa busca, ao mesmo tempo em que aceita suas reivindicações básicas, diminuir o impacto de suas demandas e provavelmente incluir a questão da autonomia da região nos quadros dos trabalhos da ANC, uma vez que o restante do país rejeita, como se poderia esperar, um movimento forte da área mais rica do país rumo, no limite, a uma quase independência, embora os autonomistas publicamente neguem tal projeto. Ademais, após certificar-se no poder ao ter sua renúncia recusada, Mesa tentou seduzir a liderança do movimento cruzenho a participar de seu governo. Não obteve sucesso, o que ao menos em parte indica que o problema permanecerá no horizonte da interminável crise boliviana.

Enfim, a disputa entre o movimento popular e a companhia francesa que abastece de água El Alto, a “Águas de Illimani”, vem contribuindo para o clima de crise e estimulando bloqueios de estrada por parte dos moradores daquela cidade. Mesa

aceitou as demandas do movimento para cassar o contrato da companhia, por descumprimento de cláusulas básicas. Entretanto, é acusado de sequer haver avisado a “Águas de Illimani” da interrupção da concessão. O presidente se defende assinalando que quer evitar uma disputa internacional e a necessidade de pagamento imediato de 17 milhões de dólares à companhia (e de mais 50 milhões subsequentemente), assim como a interrupção do fornecimento de água à cidade. Seus argumentos não vêm convencendo a opinião pública local. Os protestos seguem independentemente dos novos pactos políticos que o presidente vem tentando tecer.

No curto prazo, é evidente que a saída de Mesa não interessa a ninguém. Nem ao presidente, cuja popularidade é bastante razoável (podendo talvez mais adiante postular a reeleição); nem aos movimentos populares e a Morales, decerto candidato da esquerda à presidência da república, a quem em nada favoreceria precipitar uma crise institucional neste momento, da qual não teria tempo de tirar proveito. É-lhe preferível acumular forças e desgastar Mesa, aguardando as eleições de 2007 para tentar sua sorte em condições de fortalecimento político, que entretanto podem não vir a ocorrer, em parte por sua radicalização pessoal, em parte devido às próprias forças de fragmentação operando no país (sem falar na possibilidade de que a região oriental apresente um forte candidato alternativo que de fato venha a polarizar uma eleição no contínuo esquerda-direita e Oriente-Occidente, mais uma vez dividindo-se o país).

Fragmentação e inexistência de hegemonia

A história da Bolívia independente evidencia uma instabilidade quase sem paralelo internacionalmente. A república conheceu mais golpes militares que aniversários em sua existência. Em alguns momentos uma certa, ainda assim tênue, hegemonia de alguns setores e projetos se estabeleceu – como durante a Revolução de 1952 e, mais recentemente, após a redemocratização, com o credo neoliberal. Mais que uma crise de hegemonia, contudo, a Bolívia conheceu uma profunda *inexistência de hegemonia*, sem que nenhum setor ou projeto lograsse dirigir o país. A fragmentação étnica, econômica e regional contribui decisivamente para isso, embora esta diversidade, no plano cultural, venha sendo por outro lado valorizada por muitos hoje. De todo modo, essa situação tende a se agravar em função da fragilidade do país internacionalmente – resultado e elemento contribuinte àquela inexistência de hegemonia –, o que o levou inclusive a perder faixas significativas de território, como a

abertura para o mar, mercê da guerra com o Chile (o que hoje cria problemas para o escoamento de seu gás e petróleo). Esse conjunto desfavorável de fatores torna o país volátil internamente e sujeito facilmente às pressões internacionais.

O momento atual se caracteriza por um *aprofundamento da inexistência de hegemonia*. Nem os indígenas e os demais setores populares parecem ser capazes de dirigir a sociedade e o estado bolivianos, nem o empresariado de Santa Cruz, mais forte hoje e ligado periféricamente aos hidrocarbonetos e a produções mais modernas como a soja, se apresenta como habilitado a tarefas mais amplas de direção política e cultural. Exclusão social secular e imperativos de modernização se imbricam e excluem de formas ambíguas. Por outro lado, o recurso a uma ditadura militar se encontra descartado, com o que por aí uma solução imediata para a crise tampouco se mostra factível. Ao contrário do que ocorreu em períodos anteriores, em vez de uma dostoiévskiana dinâmica repetida de “crise e castigo” – implosão da democracia e punição do país por uma ditadura –, o que se põe no horizonte é um processo mais próximo de *A história sem fim*, de Michael Ende. Ou seja, a tendência é uma permanência da crise até ao menos, com sorte e sabedoria, o fim da ANC (que com certeza implicará não em uma diminuição, mas sim em um recrudescimento de todos os tipos de pressão social e política durante o seu funcionamento).

Em um país em que a política se joga muitas vezes de forma oportunista e o recurso à chantagem é imposto como legítimo, é improvável que uma solução seja facilmente encontrada para os impasses que se avolumam, ao mesmo tempo em que uma revolução social de maneira nenhuma se apresenta como possibilidade ou projeto. As forças centrífugas que há quase dois séculos acossam a sociedade boliviana não devem enfraquecer-se no curto e talvez no médio prazo, embora se possa ter a esperança de que um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento com justiça e inclusão seja capaz mais adiante de responder às demandas de reconhecimento e direitos sociais em conjunção a um processo de modernização econômica sustentado.